

Travestis e pessoas transexuais na mídia alagoana: análise do discurso em portais *online*

Travestis¹ and transexual people in alagoan media: speech analysis in online portals

Anderson Matheus Alves Arruda

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

amatheus.aarruda@gmail.com

Ronaldo Ferreira de Araujo

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente no curso de Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

ronaldo.araujo@ichca.ufal.br

RESUMO

Existem marcadores sociais que diferenciam os sujeitos em uma coletividade, criando uma estranheza inicial que parte de locais heteronormativos, deixando qualquer sujeito dissidente mais suscetível às violências cotidianas e estruturais. Nesse aspecto, dentro do movimento LGBTQIA+, Travestis e Transexuais estão na linha de frente. O objetivo foi analisar e discutir o conteúdo das publicações noticiosas e dos comentários dos leitores nas notícias que abordam a temática acerca de pessoas travestis e transexuais em portais midiáticos *online* de Alagoas. Se caracteriza como uma pesquisa exploratória de tipo documental, ambientada nos portais midiáticos *online* de Alagoas. A partir das notícias recuperadas, construíram-se categorias de acordo com o processo de análise de conteúdo, para identificar variáveis congruentes nas publicações, que são: educação, entretenimento, justiça, política, saúde, teatro e geral. A figura da travesti e transexual, apesar de possuir a história da busca por direitos, também está ainda fortemente ligada ao estigma da violência e do sexo. A utilização do termo “homofobia” se dá na totalidade do mapeamento, onde funciona como uma espécie de termo padronizado que “abrange” todas as violências que atingem LGBTQIA+.

Palavras-chave: Análise do discurso. Transexualidade. Travesti. LGBTQIA+.

ABSTRACT

There are social markers that differentiate the subjects in a collectivity, creating an initial strangeness that starts from heteronormative places, leaving any dissident subject more susceptible to daily and altered violence. In this aspect, within the LGBTQIA+ movement, Travestis and Transsexuals are at the forefront. The aim was analyze and discuss the content of news publications and readers' comments on news that address the issue of transvestites and transsexuals in online media portals in Alagoas. Stands out as an exploratory research of documentary type, set in online media portals in Alagoas. From the retrieved news, categories were identified according to the content analysis process, in order to identify congruent variables in the publications, which are: education, entertainment, justice, politics, health, theater and general. The figure of the transvestite and transsexual, despite having a history of searching for rights, is also strongly linked to the stigma of violence and sex. The use of the term homophobia occurs throughout the mapping, where it works as a kind of standardized term that “covers” all violence that affect LGBTQIA+.

Keywords: Discourse analysis. Transsexuality. Travesti. LGBTQIA+.

¹ Araújo (2017) defende como posição política que Travesti é um termo que não se traduz para outras línguas, por carregar uma grande simbologia e representação como um papel social específico da identidade brasileira, e traduzi-lo pode apagar todo esse trajeto e ressignificar essa história.

1 INTRODUÇÃO

A forma de se expressar e de se identificar difere entre as pessoas. Um sujeito que não possui uma identidade heterossexual ou heteronormativa é facilmente reconhecido no meio de uma multidão, principalmente, se não se utilizar de instrumentos gênero-designados. Essa estranheza inicial parte de um local de amarras e apegos sociais já enraizados na nossa cultura e sociedade.

Essas marcas criadas e impostas servem como muralhas a serem desconstruídas pelo sujeito que não se identifica com as maneiras e modelos já estabelecidos socialmente. Quebrar essa barreira causa uma estranheza do já estabelecido, uma diferenciação do que já é tido como 'normal', implicando em novas formas de ser reconhecido em meio ao conjunto. Esse reconhecimento torna essas pessoas mais suscetíveis a formas de interações ao seu redor, inclusive a diferentes formas de violência.

É importante pensar quais são os significados dessas marcas que na nossa cultura e mundo atual estão sendo atribuídas na sociedade, pois existem novas formas de pensamento e desejos que alguém pode ter e eles podem discordar da aparência do seu corpo ou do *status quo* (LOURO, 2010).

Para Carrara e Vianna (2006), essa estranheza e desestabilização causadas pela expressão de gênero são constantemente associadas a um conjunto existente de estereótipos negativos sobre Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e *Queer* – LGBTQIA+². Travestis e transexuais, que muitas vezes levam em si o estigma de sofrer na linha de frente do movimento LGBTQIA+, são erroneamente agrupadas sob a genérica rubrica de “homossexuais” em veículos noticiosos (CARRARA, VIANNA, 2006), não tendo espaço para sua própria visibilidade e representatividade.

Caracterizando-se como uma pesquisa exploratória de tipo documentária, ambientando-se em Foucault (1970), objetiva-se analisar e discutir o conteúdo das publicações noticiosas e dos comentários dos leitores nas notícias que abordam a

² “Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Eventualmente algumas pessoas utilizam a sigla GLBT, ou mesmo LGBTTT, incluindo as pessoas transgênero/queer. No Chile é comum se utilizar TLGB, em Portugal também se tem utilizado a sigla LGBTTTQI, incluindo pessoas queer e intersexuais. Nos Estados Unidos se encontram referências a LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais e Assexuados)” (JESUS, 2012). Ressalta-se, a partir de Jesus (2012), que as identidades estão em constante mudança e evolução, incluindo algumas siglas que caíram em desuso ao denotarem relações de poderes dentro do próprio movimento. No presente trabalho, utilizaremos a sigla LGBTQIA+, que é uma das variáveis utilizadas para dar espaço e englobar todas as outras possibilidades identitárias, mesmo que não explicitadas de maneira direta no acrônimo.

temática acerca de pessoas travestis e transexuais em portais midiáticos *online* de Alagoas.

Para isso, em um primeiro momento realizou-se uma pesquisa com os descritores *Travesti + Alagoas* e, num segundo momento, pelos descritores *Transexual + Alagoas*, no diretório geral de notícias do *Google*. A partir das notícias recuperadas, construíram-se categorias de acordo com o processo de análise de conteúdo, para identificar variáveis congruentes nas publicações, que são: polícia, entretenimento, justiça, saúde, teatro, geral e educação.

Este trabalho constrói em primeira instância suas fundamentações acerca dos primeiros aspectos da criação e evolução do movimento travesti e transexual no Brasil e os aspectos gerais da busca pela naturalização binária. Essa construção, que implica diretamente na qualidade e expectativa de vida dessas expressões identitárias no Brasil, é contextualizada a partir dos dados sistematizados do mapa da violência e do papel das mídias noticiosas nessa narrativa.

2 ASPECTOS BÁSICOS DAS QUESTÕES DE GÊNERO, TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE

Para Silva (2016), ao tratar as discussões de identidade de gênero como um fenômeno que se originou na contemporaneidade, deslegitima todas as lutas e acontecimentos do passado que foram de vital importância para que hoje exista mais espaço de debates sobre o assunto. A formação das identidades, no universo de Hall (2006, p. 38), é desenvolvida em um período de tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato e nem fixo, existente na consciência desde o primeiro momento de vida.

Fernández (2004) traça uma linha cronológica em torno dos períodos históricos que foram de grande importância na criação do entendimento dos termos *travestismo/transexualismo*. No primeiro período, ocorrido entre 1870 e 1920, sucedeu um interesse de produções para se entender o fenômeno dos homens e das mulheres que se apoderavam de características – e artefatos – do sexo oposto. No segundo período, entre 1920 e 1950, os termos que eram utilizados ao designar travestis e transexuais foram introduzidos na literatura médica e psicanalítica. O terceiro período traçado por Fernández, ocorrido entre 1950 e 1960, foi quando o termo *transexual* foi utilizado pela

primeira vez, fazendo com o que a produção acadêmica em torno do assunto aumentasse, assim, colaborando para o desenvolvimento de pesquisas que resultaram em estudos de gênero.

Apesar de seus primeiros estudos terem se originado pela psicanálise, psiquiatria e psicologia, como dito por Bento (2006), a área da sociologia sugeria, pela falta de interesse no tema, que os estudos de gênero condizem com conflitos individuais, reforçando a patologização das identidades que surgiram e se construíram fora dos referenciais biológicos. O interesse no âmbito das ciências sociais, de acordo com Szas (2004), se deu em ambientes da antropologia, porém, ainda trazendo como bagagem influências de abordagens das áreas da saúde: utilizavam-se das definições criadas por biomédicos e psicanalíticos. Essa fase só foi superada quando a Antropologia começou a dar ênfase no papel da cultura e das aprendizagens na formação de condutas sexuais, uma vez que tais condutas podem se diversificar em ramificações entre a cultura, as gerações, em contextos geográficos, grupos e classes sociais. Recentemente, os estudos sobre sexualidade e gênero nas ciências sociais estão sendo influenciados por novas abordagens como o pensamento feminista, o estudo lésbico-*gay*, etc.

Importa em pontuar que a identificação por uma identidade de gênero deve ser pautada nas experiências individuais, assim como o processo de abordá-la fora dessa esfera. A construção histórica da travestilidade e transexualidade tem sido marcada por processos hegemônicos, higienistas e políticos. Atualmente, o fenômeno tem sido abordado de forma subversiva por diversas teóricas da área. Maria Clara Araújo (2017) discorre sobre a identidade travesti ser uma identidade criada na América Latina, inerente especificamente ao cenário brasileiro, carregando em si diversos valores simbólicos de lutas e papel social. Desta maneira, defende a não tradução do termo para outras línguas, onde a palavra assume um posicionamento político.

O sistema sexualidade-gênero, abordado por Rubin (1993), está além das relações de procriação, se localizando no aspecto da inserção do corpo numa rede de relações sociais, influenciada por grupos de diversas classes sociais e de *enormes* diferenças culturais, econômicas e políticas. São convenções sociais que partem das diferenças biológicas supostas. A naturalização abordada no sistema de diferenças biológicas que explicita a diferença traz em si um peso de desigualdade social – que se encontra estruturalmente naturalizada no patriarcado.

Ao se conceber a ideia de que exista uma relação hierárquica entre o discurso de gênero, onde o feminino é tido como inferior ao masculino, percebe-se a criação de uma relação hierárquica social que evidencia a distribuição dos poderes em contexto social. Assim, Aguiar (2007), ao discutir essas relações hierárquicas, demonstra que existem quatro fatores fundamentais que configuram a hierarquia social no Brasil: a cor, o gênero, a classe e o padrão estético. Pode-se entender o *padrão estético* como o processo de *naturalização e normalização* do sujeito perante a estética majoritária social.

3 NATURALIZAÇÃO E PASSABILIDADE: CONSTRUÇÃO DO BINARISMO DESCONSTRUÍDO

Ao discutir a multiplicidade das identidades, Andrade (2012, p. 88) situa-se em dois momentos de conceituação do termo. No primeiro momento, as identidades se referem ao “sujeito cartesiano” onde “são, a um só tempo, inatas e individuais”. Pode-se pensar nessa ambientação exemplificando com a designação do ser humano ao nascer como consequência de um *sexo biológico*, existente em regras do poder ou do não poder ser. No segundo momento, o termo se diz respeito ao sujeito sociológico, onde “as identidades são construídas no decorrer da vida”, quando todas as noções de sexualidade e gênero são aprendidas através “da cultura que valoriza o sexo biológico”, sob um contexto de que

[...] a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2006, p. 39).

Os estudos do fenômeno das travestis e transexuais no Brasil se estruturaram em um espaço geográfico especificamente voltado às cidades grandes e centros industriais. Porém, nem todas as travestis brasileiras surgem e convivem nas grandes cidades, tampouco possuem o mesmo aparato tecnológico para fazer procedimentos de mudança de corpo (ANDRADE, 2012). Essas mudanças se caracterizam como um procedimento necessário para a qualidade de vida da travesti ou da pessoa transexual, uma vez que essa maneira de modificar o corpo é mais normativa para a vida na sociedade e atende aos

critérios da binaridade³. Assim, travestis e pessoas transexuais que possuem características dissidentes da heteronormatividade na aparência, nos trejeitos ou na voz acabam sendo reconhecidas pelo outro em um espectro da não *cisgeneridade*.

Ser tratada como uma pessoa *cis* é ser passável por uma pessoa *cis*. Nicholas (2015) diz que alcançar a passabilidade é um privilégio de algumas pessoas, pois depende de vários fatores, dentre eles, o econômico, pois cirurgias, ministração de hormônios e procedimentos estéticos têm que ser custeados. E, ao não conseguir alcançar esse ponto, é vista como uma pessoa em eterno processo de transição. Pessoas transexuais e travestis que não atendem ao binarismo são constantemente inferiorizadas pelos demais agentes da sociedade. A ausência de pessoas transexuais sem o privilégio da passabilidade em posições de protagonismo, de acordo com Nicholas (2015), é um reflexo dessa lógica binária social. E as que não possuem esses privilégios são as que mais sofrem violência no dia a dia.

3.1 VISUALIZANDO OS PROBLEMAS: DADOS ESTATÍSTICOS

A *Transgender Europe* (TGEU)⁴ iniciou em 2009 o projeto *Trans Murder Monitoring* (TMM) com a finalidade de propor uma coleção sistemática de monitoramento e análise de estatísticas de casos de assassinatos de pessoas trans ao redor do mundo. Nesse processo de análise sistemática, de acordo com a organização, de janeiro de 2008 a junho de 2016 foram registradas, só no Brasil, 868 mortes de pessoas transexuais e travestis, ocupando o primeiro lugar na lista, seguido pelo México com 257 mortes registradas. Enfatiza-se o termo *registradas*, pois a organização apenas tem acesso aos dados dos acontecimentos que foram fixados em delegacias e institutos legais.

No Brasil esses dados são coletados, sistematizados, analisados e publicados, a partir da intervenção da sociedade civil, por diversas associações ou instituições/organizações nacionais de voltadas à população LGBTQIA+, dentre elas, o Grupo *Gay* da Bahia (GGB), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e também pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans Brasil). Em âmbito

³ O binarismo, nesse contexto, é acreditar que só existem dois gêneros ou sexos: o masculino e o feminino. É acreditar em dois. Um para o outro. E nenhum desvio no meio do caminho.

⁴ Uma organização não governamental que tem como objetivo principal contribuir para transformar a Europa num local livre de discriminação, onde cada pessoa possa viver de acordo com sua identidade de gênero e expressão de gênero sem nenhuma interferência social, e onde pessoas trans possam ser respeitadas.

parlamentar, Erika Hilton, vereadora pelo Estado de São Paulo, conseguiu em 2021 aprovar uma Comissão Parlamentar de Inquérito especificamente para investigar atos de violência contra pessoas trans e travestis em âmbito estadual.

A Rede Trans Brasil publicou o dossiê *A geografia dos corpos das pessoas trans* (NOGUEIRA, AQUINO, CABRAL, 2017), que traz um panorama geral da estrutura da organização e de seus objetivos, além de traçar uma discussão sobre os aspectos da vida de travestis e transexuais em território nacional. Ao analisarem os dados providos pela TGEU, do período de 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016, constataram que, apesar de o maior número de crimes ter-se concentrado no Estado de São Paulo, no geral, a Região Nordeste possui o maior índice de ocorrências, totalizando 46 mortes ou 33% do total (NOGUEIRA, AQUINO, CABRAL, 2017).

4 MÍDIAS JORNALÍSTICAS E MINORIAS⁵

A construção identitária acontece pelas relações entre o indivíduo e o ambiente no qual ele se insere. Com o avanço tecnológico, existem vários canais e possíveis moldadores identitários, que agem de forma consciente ou inconsciente. Desta forma, a mídia passa a ser um agente ativo na modelagem de cidadãos sociais modernos, produzindo jeitos de pensar, agir, conhecer, se relacionar com o outro. Como diz Woodward (2000),

Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. Por exemplo, a narrativa das telenovelas e a semiótica da publicidade ajudam a construir certas identidades de gênero. Em momentos particulares, as promoções de marketing podem construir novas identidades como, por exemplo, o “novo homem” das décadas de 1980 e de 1990, identidades das quais podemos nos apropriar e que podemos reconstruir para nosso uso.

Entende-se que é também por meio dos significados que são produzidos pelas representações da mídia que os sujeitos podem dar sentido ao seu existir social. É importante que exista a representatividade plural, assim como modelos que fujam aos padrões *hetero-branco-cristão-masculino-centrado*.

⁵ Roso et al. (2002), como minoria, se refere aos “segmentos da sociedade que possuem traços culturais ou físicos específicos que são desvalorizados e não inseridos na cultura da maioria, gerando um processo de exclusão e discriminação”. Ou seja, tem-se como minorias aqueles que possuem características que fogem ao padrão normativo enraizado na sociedade e na nossa cultura como o modelo a ser seguido.

Em um artigo intitulado *Estudo explanatório-crítico de narrativas jornalísticas e a problematização de gêneros*, em que analisa a narrativa jornalística de uma matéria veiculada em uma revista que abordava a vida da travesti Rogéria, Gomes (2015) identifica que a descrição dos fatos feitos pela mídia pode detalhar, comentar ou avaliar afetivamente o fato que motivou a notícia ou reportagem. Ela observou que as mídias buscam, na sua maioria, legitimar uma opinião sobre os fatos, que “na melhor das hipóteses, pode coincidir com os interesses e valores das pessoas que as leem”. E que, se cada mídia, veículo, periódico tem as suas próprias narrativas e sua própria maneira de descrever o fato, fica claro que os fatos são construídos e passados para um leitor já previsto, “então é de se esperar que haja uma adequação às expectativas deste leitor” (CORRÊA, 2002 *apud* GOMES, 2015).

Nesse contexto, uma vez que as mídias buscam se adaptar ao seu público-alvo, pressupõe-se a existência de ações por sujeitos detentores de saberes que estão inseridos nas instituições midiáticas que se “moldam” e fazem questionar a imparcialidade da realização de suas atividades. Assim, de acordo com Benedeti (2006), na sociedade moderna a informação jornalística extrapola seu âmbito e finalidade democrática, não apenas possibilitando uma formação dos cidadãos, mas também servindo como norteador de posições e questões sociais, além de sua principal função: de informar.

Percebe-se, então, que a informação jornalística possui uma função potencializadora, que, além de suprir sua necessidade principal de informar, possibilita a normatização de realidades e norteadores ligados a sujeitos detentores de posições sociais e locais de privilégios, que buscam se adequar a uma pressuposta coletividade, a fim de resguardar um interesse de quem a consome.

5 ANÁLISE DE DISCURSO COMO APORTE METODOLÓGICO DE PESQUISA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A caracterização da CI como ciência pós-moderna traz à tona diversas problemáticas quanto à sua estrutura, campo científico e objeto de estudo. Goffman (1970) defende que o objetivo de disciplina da CI precisa ser o de estabelecer “uma abordagem científica unificada para o estudo de diversos fenômenos envolvendo a noção da informação, sejam tais fenômenos encontrados em processos biológicos, na existência humana ou nas máquinas”. Essa concepção visa maximizar a amplitude de atuação do cientista da informação ao possibilitar a sua atuação em âmbitos distintos, tangíveis ou

intangíveis, independente de processos, mas “sempre preocupada com um conjunto de princípios fundamentais sobre o comportamento de todo o processo de comunicação e seus sistemas associados de informação”.

Foucault, em “A Ordem do Discurso”, de 1970, narra que em nossa sociedade existem temas e assuntos que são excluídos da fala, ou discurso, por três motivos principais: sabe-se que não se possui o direito de falar, que não se pode falar tudo em qualquer lugar e que qualquer um não pode falar de qualquer coisa. E, dentro desse patamar de assuntos excluídos, discursos sobre política e sexualidade são os que mais sofrem e são evitados. Tem-se ciência de que o discurso revela “uma ligação com o desejo e com o poder” e que ele não funciona apenas como mecanismo de revolução: ele é o motivo pelo qual elas acontecem.

A análise do discurso nasce de um estruturalismo especulativo que possui base nos trabalhos de matrizes da filosofia e ideologia, porém modifica essa estrutura, ao visar compreender o fenômeno da linguagem levando em consideração não apenas a língua, mas seus elementos exteriores. O autor alude à noção lacaniana do inconsciente coletivo para abordar o papel desempenhado pelo sujeito no seu discurso e que todo discurso transcende o paradigma da linguística, refletindo uma prática própria com perspectivas ideológicas.

Explicita-se uma ligação com a CI em níveis epistêmicos, estabelecendo diálogos com a configuração do paradigma social identificada por Capurro (2003) e González de Gómez (2003), ao defenderem que a informação não pode ser considerada fora de um contexto específico, não podendo ser abordada com uma objetividade isolada. Também com Marteleto (2002, p. 102), ao abordar a informação não como um processo, matéria, práticas ou representações de sujeitos, mas como fenômenos que tomam corpo nas práticas e representações sociais e em relações estabelecidas entre sujeitos coletivos e seus contextos.

Belkin & Robertson (1976) mostram que a informação, como interesse para a CI, tem como base a semiótica, em um conjunto/coleção de signos que se estruturam de forma proposital por advento de um emissor com intenção: o emissor estrutura de forma que o receptor possa entender a mensagem. Essa concepção também mantém uma relação próxima com a Análise de Discurso como metodologia de pesquisa, ao abordar a linguagem e suas estruturas, além de buscar entender os constructos internos e externos

da língua, contribuindo para a ideia da não neutralidade da linguagem, que afere valores – pessoais ou não – em todos os níveis da sua comunicação.

Silva e Baptista (2015) realizaram um estudo com o objetivo de identificar as abordagens e como a Análise de Discurso é utilizada no campo da Ciência da Informação. A análise realizada pelas autoras, que teve como base o mapeamento de *metadados* de publicações científicas da CI, expressa em um de seus pontos que

A utilização da AD na CI tem-se constituído como recurso metodológico para análise de textos (considerados em seu sentido amplo), ainda que esta seja uma das missões que a AD em suas diversas abordagens se propõe a realizar, acredita-se que a CI enquanto ciência social aplicada muito tem a se fortalecer por meio da utilização da AD também como amparo teórico das pesquisas que realiza (SILVA; BAPTISTA, 2015).

A utilização da AD como aparato metodológico se justifica por sua articulação de ferramentas que objetiva a relação da linguagem e do que foi dito com as relações internas e externas ao sujeito, articulando o significado do que pode ser visto, do que não é visto e do invisível.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracteriza-se como uma pesquisa exploratória de tipo documental, ao se importar em analisar e discutir as informações noticiosas e identificar o caráter das publicações dentro do universo da pesquisa em questão. Ao reconhecer as publicações, houve a coleta de dados e a identificação de pontos específicos: identificação dos sujeitos, o cunho textual da notícia e identificação dos comentários mais populares, caso exista o espaço de interação com o leitor.

As notícias mapeadas derivaram-se de diversos portais midiáticos alagoanos, todos em estado de funcionamento e com plataforma *online* de acesso gratuito. Os dados mapeados foram sistematizados em uma planilha para posterior análise.

O universo da pesquisa se constituiu em 49.900 notícias recuperadas pelos termos em uma pesquisa no diretório geral de notícias do Google. Desse total, a amostra se caracterizou em 53 publicações que possuem os descritores *Travesti + Alagoas*, e *Transexual + Alagoas*.

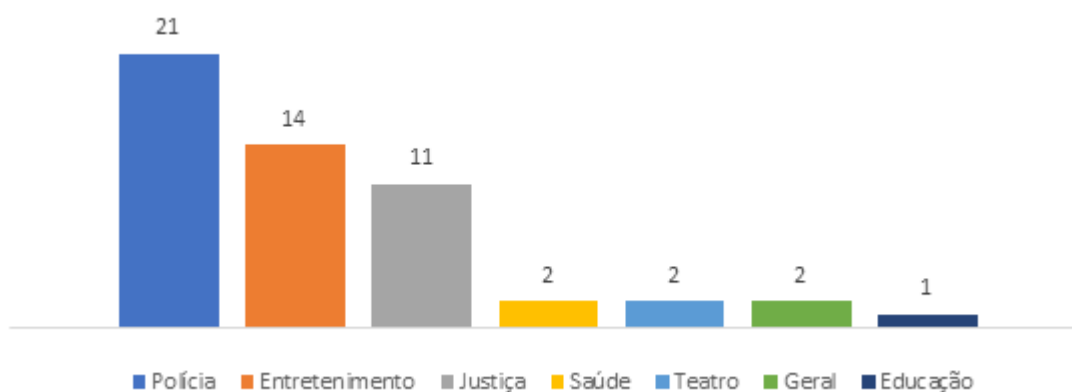
O que mais se apresentou em termos numéricos foi o portal Alagoas 24H, que totalizou 22 publicações das 53 notícias incluídas no recorte do universo de pesquisa, seguido pelo Tribuna Hoje que totalizou 14 das notícias. O portal G1 Alagoas e o *Gazetaweb* ficaram com sete notícias, o portal Cada Minuto cobriu duas e o portal Sete Segundos com uma. As publicações, que foram recuperadas até a oitava página de pesquisa de notícias do Google, foram publicadas em sua maioria em 2016 (29 publicações) e 2017 (19 publicações), porém abrangendo desde o ano de 2013.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O mapeamento das notícias analisadas ocorreu sem limitações de portais de notícias, onde os mesmos só foram identificados em uma leitura subsequente. O processo de categorização dos dados coletados se mostrou explicitamente delimitado aos eixos principais, como: as notícias de violência ou sobre busca/realização de direitos legais. Manifesta-se notoriamente uma banalização da figura da travesti/transsexual quanto a personalidades públicas: que variam de boatos sobre relacionamentos com ex-participantes de *reality show* a casos de vídeos íntimos de atores. Ressalta-se que no mapeamento não foi recuperada nenhuma notícia que abordasse alguma história sobre homens trans.

Identificam-se, portanto, sete categorias principais de adequação da informação jornalística coletada e analisada, que são: Policial, Entretenimento, Justiça, Saúde, Teatro, Geral e Educação (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Categorização de temáticas



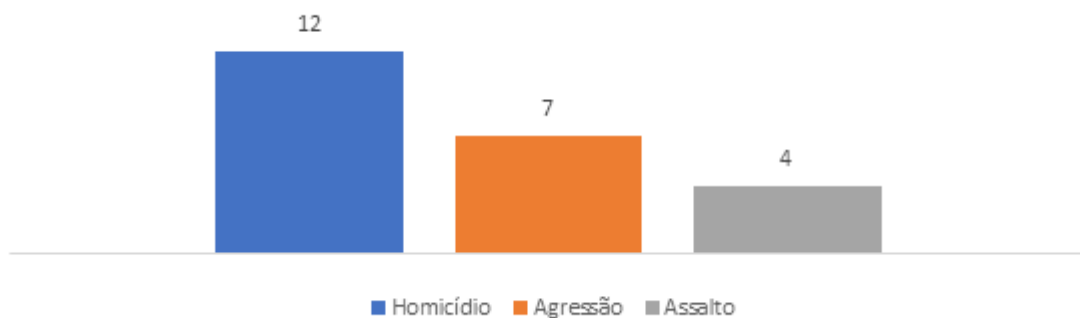
Fonte: elaborado pelos autores.

Em sua amplitude, os assuntos abordados envolvem violência, busca de direitos, casos de preconceitos, acidentes, documentação pessoal, casos de famoso, de furto, um perfil acerca de uma personalidade, casos de prostituição e postagens sobre espetáculos de teatro ou de cunho artístico.

Amaral et al. (2014) compreendem a predominância dos aspectos das violências sofridas por travestis e pessoas transexuais como o principal tema de publicações acadêmicas investigativas dessa realidade. Tendo como pontos principais das categorias recuperadas a abordagem sobre violência e aquelas que tratam sobre os direitos sociais de pessoas travestis/transexuais, essas abordagens se fixam como dois eixos importantes para a presente pesquisa.

As informações que retrataram casos de violência foram adequadas à categoria *Policial*, se configurando em três tipos: homicídio/assassinato (12), agressão física (7) e assalto (2). Quando cometidos em Alagoas (5 do total de 12), os casos de homicídio aconteceram na capital, no bairro do Trapiche e Rio Largo, ramificando-se também para outras cidades do interior, como Arapiraca, Penedo e Dois Riachos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Casos de violência



Fonte: elaborado pelos autores.

Na primeira variante, os enunciados sempre se apresentam de maneira geral: *Travesti é morta à porta de bar* (ALMEIDA, 2016), *Travesti alagoana é assassinada a quatro tiros em BH* (ALAGOAS 24 HORAS, 2014), *Travesti sofre tentativa de homicídio na porta de casa* (ALAGOAS 24 HORAS, 2017), entre outros. Deixa-se explícito, desde a primeira interação com o leitor, de que aquele crime foi cometido contra a vida de uma travesti. Nos casos de agressão e de preconceitos sofridos, assim como nos casos de assassinato, a abordagem da situação em seu corpo textual caracteriza sempre a violência como caso de *homofobia*.

Uma notícia intitulada *Arte contra homofobia* (BRANDÃO, 2016), inserida na categoria *Entretenimento*, informa acerca de um ator heterossexual representando uma travesti em um clipe musical e permeia o discurso acerca da representatividade, novos tempos e modernidade. Uma leitora se opôs sobre a abordagem errônea da matéria (Figura 1). Percebe-se que o termo *homofobia* é utilizado nas notícias como um guarda-chuva que abriga qualquer tipo de violência sobre pessoas LGBTQIA+.

Figura 1 – Comentário



Larissa Lima · Psicanalista em Psicanalista

Primeiro, não se trata de homofobia, mas de transfobia, que é o nome da repulsa por pessoas transgêneras. Homofobia é a repulsa por pessoas homossexuais, e a maioria das pessoas homossexuais, como se sabe, não são pessoas trans. Além do mais, nem toda pessoa transgênera é homossexual. Em segundo lugar, se a "arte" quer mesmo ajudar e engajar-se na luta anti-transfobia, deveria, pelo menos, contratar pessoas transgêneras para representar pessoas transgêneras, em vez de lançar mão, oportunisticamente, de galã global travestido de mulher, a fim de dar ibope para o clipe da desconhecida cantora.

Curtir · Responder · 23 de junho de 2016 13:56

Fonte: *printscreen* dos comentários na página da publicação.

A leitora trouxe na sua fala todos os pontos importantes acerca da diferença entre *transfobia* e homofobia, afirmando que a "maioria das pessoas homossexuais, como se sabe, não são pessoas trans. Além do mais, nem toda pessoa transgênera é homossexual" (Figura 1). Jesus (2012), nesse aspecto, fala que

Uma pessoa transexual pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivo-sexualmente, portanto, mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros, homens transexuais que se atraem por mulheres também; já mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e vice-versa.

A abordagem da *transfobia*, que é caracterizada por Jesus (2012) como a discriminação que restringe a identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis, é descrita em 50% das notícias como um caso de *homofobia*. Essa abordagem errônea é evidenciada pelo próprio texto jornalístico, com a utilização de pronomes masculinos ou do nome de nascença, descrendo o nome social, pronomes femininos ou a identidade de gênero de quem se retrata.

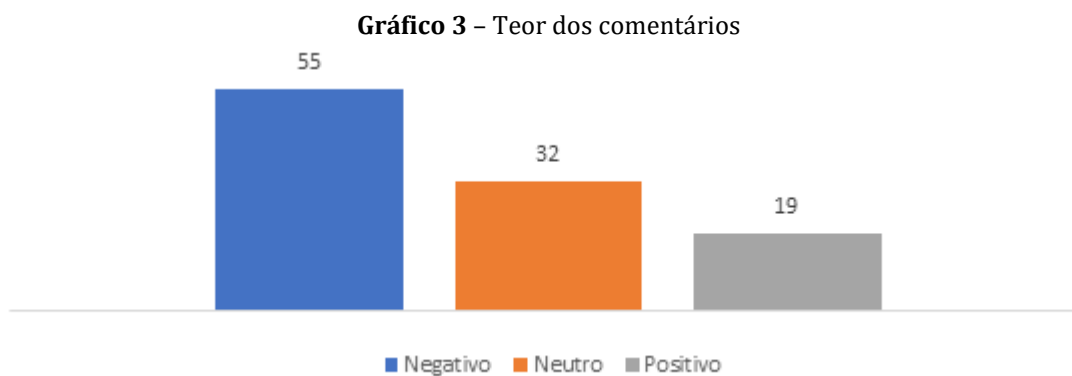
Traz-se a informação nas chamadas das matérias, como noticiada pelo portal Tribuna Hoje, de título *Jovem mata travesti no dia do aniversário de 18 anos: Homofobia em Uberlândia (MG), Jéssica foi executada com duas facadas* (TRIBUNA HOJE, 2016). Ou em seu corpo textual que, apesar de utilizar pronomes femininos e reconhecer seu nome social, retorna ao discurso da abordagem de crime homofóbico.

Ao abordar *transfobia* como *homofobia*, propaga um discurso problemático onde se confunde sexo, gênero e sexualidade e acaba referenciando e associando a figura da travesti ou pessoa transexual como apenas um *homem gay afeminado*. Bento (2017) fala que, nessas situações, a “identidade de gênero pela qual a pessoa lutou e perdeu a vida lhe é retirada no momento de se notificar ou contabilizar a morte”. Essa problematização acerca da troca dos termos utilizados nas notícias é ainda mais válida, uma vez que, na sua maioria, os portais se utilizam de pronomes femininos e mencionam seu nome social antes do nome de nascimento.

As notícias que trazem menções diretas à figura da travesti ou pessoa transexual e não só abordam assuntos relacionados à temática, formam o total de 38 e, dentre elas, apenas oito não citavam o nome social. A utilização do nome social está diretamente ligada à associação da travesti ou pessoa transexual como um ser social. O nome social representa o mesmo que o nome representa para todo mundo (MARCHI, 2011), uma forma de se expor e impor sua identidade, uma vez que a mesma talvez não se torne implícita pela sua aparência ou pelos paradigmas sociais implícitos no binarismo. Ao se referir a alguém através de seu nome social valida-se uma identidade de gênero que vem sendo construída por muito tempo e isso faz com que a pessoa seja aceita e reconhecida como parte de uma sociedade, sentimento esse que pode vir naturalmente para pessoas *cisgêneras*, mas que é conflitante para pessoas com identidade LGBTQIA+.

Alguns portais de notícia permitem a interação usuário-publicação através de comentários, nos quais os leitores expressam suas opiniões diante da matéria publicada. Os portais que possuem tal recurso totalizaram 15. O espaço de comentário é a única forma de *feedback* e local de discussão que um portal de notícias consegue oferecer de forma aberta, para que o usuário se mostre ativo às movimentações diárias das publicações e expresse suas reações. O espaço de comentários com mais destaque foi o da notícia *Travesti diz que foi barrada de entrar em motel de Maceió por preconceito* (SANCHES, 2014), publicada no portal G1 Alagoas, que possui 106 comentários.

Essa notícia se mostra a com mais interação e força de fala dos leitores. O teor de seus comentários se dá por prevalência negativa, com reprovação ou discurso de ódio; neutra, que comentavam assuntos não relacionados ou perguntas acerca do acontecido; e positivas, que defendiam Cindy e os seus direitos de existência (Gráfico 3).



Fonte: elaborado pelos autores.

A matéria tem atribuição de deixar claro o que irá abordar e traz em si a utilização de pronomes femininos ao referenciar a pessoa retratada, tendo como continuidade o subtítulo *Ministério público investiga o caso para saber se houve crime homofóbico, dona do estabelecimento se defende e diz que é medida de segurança* (SANCHES, 2014).

O fato é descrito de acordo com o ponto de vista da pessoa que o vivenciou, que se chama Cindy Bellucci, e traz em si suas falas e percepções acerca do ocorrido. De acordo com a vítima, ela e o companheiro só foram barrados por serem *homossexuais*, quando uma funcionária do estabelecimento afirmou que era uma norma não se permitir a entrada de dois homens no local. Cindy relata: “foi uma situação humilhante que eu nunca tinha passado. Mesmo com aparência de mulher ainda fui abordada e expulsa do local” (SANCHES, 2014). Em outro momento de fala, ela pergunta à funcionária em questão se ela saberia que Cindy era *homossexual* e alerta que aquele comportamento é *homofobia*.

Mais uma vez, percebe-se o uso do termo “homofobia” como um guarda-chuva onde se abriga qualquer tipo de violência contra LGBTQIA+. A violência *transfóbica* existe no próprio discurso, declinando a individualidade das pessoas trans. O termo *Transfobia*, de acordo com Carvalho e Carrara (2013), é um termo que está sendo cunhado nesta década, quando pela primeira vez as pessoas *trans* estão se empoderando e conquistando um espaço maior de fala e representatividade, reivindicando mais visibilidade e os seus direitos na sociedade.

Cindy utiliza sua “aparência de mulher” como fator surpresa para o acontecido e o modo como foi tratada, pois, se sua aparência é de mulher, como poderia lhe ter sido negado estar naquele local sob acusações de ser *homossexual*? A ideia da aparência binária, da passibilidade, rodeia o imaginário como forma de proteção de vida e de existência. Como uma maneira de evitar situações que coloquem em um espaço não seguro.

As figuras identitárias da travesti e da pessoa transexual muitas vezes se perdem e se misturam nos fatos de noticiário, funcionando muitas vezes como sinônimos ou linhas delimitadoras sociais: a figura da travesti está ligada à marginalização, ao uso de drogas e ao crime; enquanto a palavra *transexual* traz em si uma bagagem de higienização.

Essa higienização ocorre muitas vezes pela passabilidade binária, onde o indivíduo é mais aceito socialmente por ter e aparentar uma *transição completa* de um lado do *spectro* para o outro. De um lado para o outro lado. Apenas dois lados. Sem espaços estruturais no seu meio.

Essa percepção exclui do discurso e da realidade as identidades que estão no limbo entre os dois pontos, aquelas que não se situam, que preferem não se situar ou que estão buscando se situar. E, em alguns casos, a utilização do nome social se dá primeiramente àquelas que aparentam ter *transicionado completamente*, enquanto a identidade daquelas que *estão transicionando* é negada no momento em que se dá ênfase ao seu nome biológico e na subsequente utilização de pronomes masculinos. O discurso problemático e opressor se enraíza e se dissemina semanticamente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As notícias que se caracterizaram sob a classe ‘Polícia’ traziam casos de violências ocorridas contra a população trans/travesti, em sua maioria casos de homicídio, mas também agressão verbal, física ou roubos. Os fatos noticiados dos casos de homicídio denotam que tais crimes tendem a acontecer diretamente contra o corpo transexual e ao corpo travesti. As violências cometidas tendem a possuir um caráter mais pessoal, não só contra o ser em si, mas com o que ele representa. Quanto à identificação da localidade dos acontecidos, nota-se a sua descentralização geográfica: acontecem nas periferias da cidade.

O que se verificou, na análise, foi que a figura da travesti e transexual, apesar de possuir a história da busca por direitos, também está ainda fortemente ligada ao estigma da violência e do sexo, mas não do sexo higienizado, mas como o sexo de rua, o sexo das esquinas, descartando a vida e a história de cada uma delas.

A utilização do termo “homofobia” se dá na totalidade do mapeamento, onde funciona como uma espécie de termo padronizado que abrange todas as violências que atingem pessoas LGBTQIA+. É importante que, nos dias de hoje, não exista a repressão dos movimentos sociais identitários específicos e sempre prover visibilidade aos mesmos. O termo Transfobia, é um termo que está sendo cunhado nesta década especificamente, pois o movimento *trans* e as pessoas *trans* estão conseguindo ocupar um espaço de fala maior (CARVALHO e CARRARA, 2013), junto com representatividade e visibilidade na luta pelos seus direitos. A palavra é um ato, como diz Weber (2001), e a utilização dos termos corretos para visibilizar os movimentos sociais, vide *lesbofobia*, *transfobia*, *bifobia*, e afins, valida essa luta.

Nas publicações que possuíram interações de usuários, a maioria dessas interações contém caráter negativo e as linguagens utilizadas nos comentários tendem a espelhar as linguagens e termos utilizados na própria notícia, sendo eles produto da fala de uma pessoa ou apenas designados pelo autor.

O termo *transfobia* é muitas vezes até não utilizado pelas próprias travestis e pessoas transexuais, por consequência de sua socialização, do espaço no qual elas estão inseridas ou de outros fatores específicos de sua existência. O acesso à informação está disponível para todas as pessoas, mas os meios de comunicação entre as informações e os usuários nem sempre são visíveis e acessíveis, ainda mais para pessoas na margem da cisgeneridade.

Entende-se que as mudanças sociais trazem consigo a utilização de novos termos e novas definições que estão em constante evolução e deixando espaços abertos para novos campos de crescimento. As narrativas jornalísticas possuem poder comunicativo, de criar e transformar discursos, constantemente presente na vida das pessoas. Na contemporaneidade, na era das tecnologias informacionais, estamos fadados a sermos moldados pelas ferramentas informacionais inseridas nos nossos constructos sociais, como estrutura básica do fazer o ser social. A importância da atualização discursiva é necessária estruturalmente.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. M.. **A construção das hierarquias sociais**: classe, raça, gênero e etnicidade. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 36/37, ano 20, 2007. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR-%20MARCIO.%20A%20construcao%20das%20hierarquias%20sociais%20classe-%20raca-%20genero%20e%20eticidade.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.
- ALMEIDA, F. **Travesti é morta à porta de bar**. Gazeta de Alagoas, Maceió, 13 dez. de 2016. Polícia. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=298649>. Acesso em: 08 set. 2021.
- AMARAL, M. S., SILVA, T. C., CRUZ, K. O., & TONELI, M. J. F. **"Do travestismo às travestilidades"**: Uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. Psicologia e Sociedade, 2014, p. 301-311.
- ANDRADE, L. N.. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.
- ARAÚJO, M. C. Travesti não se traduz!. 2017. In: LUX ONLINE EXHIBITION. **Notes on Travecacceleration**. 2021. Disponível em: https://lux.org.uk/wp-content/uploads/2021/05/Exhibition-Booklet_Notes-on-Travecacceleration-1.pdf. Acesso em: 08 set. 2021.
- BELKIN, N.J.; ROBERTSON, S.E. Information science and the phenomenon of information. **J. Am. Soc. Inf. Sci.**, 27: 197-204. 1976.
- BENEDETI, C. A. **A qualidade da informação jornalística**: uma análise da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004. Dissertação (mestrado em Comunicação Social). Brasília: UnB, 2006. 167 p.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, B.. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017. 329 p.
- BRANDÃO, L. **Arte Contra a Homofobia**. Gazeta de Alagoas, Maceió, 23 de jul. 2016. Caderno B. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=289744>. Acesso em: 02 set. 2018.
- CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 8., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm . Acesso em: 10 maio 2020.
- CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B.. **"Tá lá o corpo estendido no chão..."**: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. Physis, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006.
- CARVALHO, M.; CARRARA, S.. **Em direção a um futuro trans?** Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana, n. 14, p. 319-351, 2013.

CORRÊA, M.L.G. **Linguagem e comunicação social**: visões da linguística moderna. São Paulo: Parábola, 2002. 103 p.

FERNÁNDEZ, J.. **Cuerpos desobedientes**: travestismo e identidade de género. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1970.

FREIRE, I. M. Informação; consciência possível; campo. um exercício com construtos teóricos. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

GOFFMAN, W. "Information science: discipline or disappearance", **Aslib Proceedings**, Vol. 22 No. 12, pp. 589-596. 1970.

GOMES, M. C. A.. Estudo explanatório-crítico de narrativas jornalísticas e a problematização de gêneros. In: **Calidoscópico**, vol. 13, n. 2. 2015. p. 140-151. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2015.132.01> . Acesso em: 09 mai. 2020.

GONZÁLES DE GÓMEZ, M. N.. As relações entre ciência, estado e sociedade:um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, 2003. Acesso em: 15 set. 2020.

HALL, S.. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. P. 24. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989 . Acesso em 22 nov 2019.

JUNQUEIRA, R. D.. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 367-444.

Jovem mata travesti no dia do aniversário de 18 anos. **Tribuna Hoje**, Maceió, 19 de abril de 2016. Brasil. Disponível em: <https://tribunahoje.com/?s=+Jovem+mata+travesti+no+dia+do+anivers%C3%A1rio+de+18+anos>. Acesso em: 10 maio 2017.

LOURO, G. L.. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 7-34.

MARCHI, M.. **Psicologia e diversidade sexual**: desafios para uma sociedade de direitos. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

MARTELETO, R.M. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M.A. **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa, Editora Universitária, 2002.

NICHOLAS. Por um diálogo sobre “passabilidade”, visibilidade e protagonismo dentro da comunidade trans. **Transfeminismo**, 2015. Disponível em: <https://transfeminismo.com/por-um-dialogo-sobre-passabilidade-visibilidade-e-protagonismo-dentro-da-comunidade-trans/> . Acesso em: 09 Maio 2020.

NOGUEIRA, S. N. B.; AQUINO, T. A.; CABRAL, E. A.. Dossiê: **A geografia dos corpos das pessoas trans**. Brasil: Rede Trans Brasil, 2017.

ROSO, A.; STREY, M. N.; GUARESCHI, P.; BUENO, S. M. N.. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, jul./dez.2002, p. 74-94.

RUBIN, G.. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANCHES, C. **Travesti diz que foi barrada de entrar em motel de Maceió por preconceito**.

G1 Alagoas, Maceió, 13 de fev. de 2014. Disponível em:

<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/02/travesti-diz-que-foi-barrada-de-entrar-em-motel-de-maceio-por-preconceito.html>. Acesso em: 08 set. 2021.

SILVA, C. C. L.. **Da luta pela vida à busca pela cidadania**: o ativismo político de travestis e transexuais na cidade de Maceió-AL. Dissertação de mestrado em psicologia. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2016.

SILVA, A. R. DA; BAPTISTA, D. M. Abordagens de Análise de Discurso na Ciência da Informação: panorama dos estudos brasileiros. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 25, n. 2, p. 103, 27 jul. 2015.

SZAS, I. El discurso de las ciencias sociales sobre las sexualidades. In: CÁRCERES, C. F. (ed.). **Cidadania sexual em América Latina**: abrindo el debate. Lima: Universidade Peruana Caetano Herida, 2004. p. 65-75.

Travesti alagoana é assassinada com quatro tiros em BH. **Alagoas 24 horas**, Maceió, 24 de jul. de 2014. Polícia. Disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/437276/travesti-alagoana-e-assassinada-com-quatro-tiros-em-bh/>. Acesso em: 08 set. 2021.

Travesti sofre tentativa de homicídio na porta de casa. **Alagoas 24 horas**, Maceió, 06 de mar. de 2017. Polícia. Disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/1041374/travesti-sofre-tentativa-de-homicidio-na-porta-de-casa/>. Acesso em: 08 set. 2021.

WEBER, M.. **Ciência e política**: duas vocações: texto integral. São Paulo: Martin Claret, c2001. 128 p.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.

Recebido em: 08 de outubro de 2020
Aprovado em: 02 de novembro de 2021
Publicado em: 19 de novembro de 2021